



**ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES**

ATA N.º 01/ 2020

..... Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte realizou-se na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, em Bragança, pelas catorze horas e trinta minutos, a sexta sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM).

..... **FALTAS:**

Ánia Teixeira;.....

Carla Sofia Pires Tavares;

Fernando Augusto Silva Brás;

Hugo Miguel Gerónimo;

Maria João Martins;

QUÓRUM-Verificada, pela Mesa, a existência de quórum-vinte e três membros - deu-se início à sessão, com a seguinte ordem de trabalhos:.....

..... **PONTO UM - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;**.....

..... **PONTO UM PONTO UM – ATA: LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DOIS MIL E DEZANOVE;**

..... **PONTO DOIS - PERÍODO DA ORDEM DO DIA;**.....

..... **PONTO DOIS PONTO UM- INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES;**

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS - ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E DEZANOVE E APLICAÇÃO DE RESULTADOS;**.....

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS- ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DE DOIS MIL E VINTE**.....



..... **PONTO DOIS PONTO QUATRO-** PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO E DA AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOSA INERENTES AOS “ACORDOS DE REGULAÇÃO DOS TERMOS E CONDIÇÕES RELATIVOS À EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS E DE ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR OBRIGAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO AO OPERADORE” TOMADAS PELO CONSELHO INTERMUNICIPAL

..... **PONTO TRÊS - OUTROS ASSUNTOS.**

..... **FOI COLOCADA A VOTAÇÃO A RATIFICAÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES**

..... **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

..... **PONTO UM PONTO UM – ATA:** LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES**

O Presidente da Mesa informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste ponto. Não se tendo verificado qualquer inscrição passou-se à discussão do Período da Ordem do Dia.

..... **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

..... **PONTO DOIS PONTO UM-** INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM;

..... **PRIMEIRO SECRETÁRIO (RUI CASEIRO)** – Iniciou a sua intervenção aludindo ao facto de que por força das medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, estabelecidas na Lei nº 1-A de 19 de março (artigo 3º, nº1), a Assembleia Intermunicipal não foi realizada no mês de abril. Prossegui dizendo que para além deste constrangimento outros se fizeram registar desde a declaração do estado de emergência até aos dias atuais condicionando as atividades normais e previstas realizar pela Comunidade




Intermunicipal neste período. Passou a elencar as principais atividades realizadas, constantes da informação que a seguir se transcreve:

“Nesta fase e considerando que o atual período de programação 2013/2020 se aproxima do final importa dar a conhecer o investimento total e correspondente Fundo Comunitário aprovado para região proveniente do Programa Operacional do Norte 2020. Fazendo alusão ao quadro abaixo onde constam todas as operações aprovadas até trinta de abril de dois mil e vinte, por concelho, de natureza privada e pública.

NORTE 2020 - Operações aprovadas por Concelhos / Natureza do Investimento / Habitante Data de Reporte 30/04/2020

Terras de Trás-os-Montes	Investimento Privado		Investimento Público ou equiparado		Operações Aprovadas	Investimento Total Aprovado	Fundo Aprovado	Fundo por Habitante						
	N.º	Investimento Total Aprovado (€)	Fundo Aprovado (€)	Investimento Total Aprovado (€)				Fundo Aprovado (€)	N.º	%	Montante (€)	Montante (€)	Fundo por Habitante	
													N.º de Habitantes	Montante (€)
Alfândega da Fé	9	735 956	354 202	11	5 854 773	4 363 929	20	4,4%	6 599 730	4 718 131	4 830	1 019		
Bragança	94	22 740 237	10 839 224	52	59 943 326	36 312 696	146	32,0%	82 689 563	47 151 721	33 766	1 396		
Macedo de Cavaleiros	23	3 087 326	1 820 589	21	13 920 542	11 143 438	44	9,6%	17 007 668	12 964 026	14 722	881		
Miranda do Douro	14	4 076 002	2 181 436	12	4 666 206	3 815 677	26	5,7%	8 742 308	5 997 113	7 029	853		
Mirandela	59	5 544 290	2 843 189	27	15 276 679	11 320 556	86	18,9%	20 820 969	14 161 745	22 141	640		
Mogadouro	18	1 654 383	744 041	17	11 826 277	5 852 235	35	7,7%	13 480 661	6 596 276	8 674	760		
Vila Flor	7	671 615	304 632	13	6 864 201	4 903 568	20	4,4%	7 535 836	5 206 181	6 170	844		
Vimioso	6	771 650	255 695	14	4 401 585	3 193 450	20	4,4%	5 173 235	3 449 145	4 179	827		
Vinhais	6	374 396	194 956	19	6 975 670	5 852 109	25	5,5%	7 350 067	6 047 085	6 104	746		
Não regionalizável por Concelho	0	0	0	34	26 814 121	22 619 689	34	7,5%	26 834 121	22 619 689		207		
Total NUT III	236	39 655 656	19 535 943	220	156 543 382	109 375 148	456	100,0%	196 198 038	128 911 092	109 409	1 178		

[*] O Fundo por habitante tem por base a totalidade da população da NUT III.

Na qualidade de Organismo Intermédio, a CIM-TTM executou as tarefas relacionadas com a análise de candidaturas, de reprogramações, com a elaboração de propostas de aprovação e avaliação de pedidos de pagamento apresentadas pelas entidades beneficiárias de apoios comunitários no âmbito do Programa Operacional do Norte 2020, nomeadamente os investimentos contemplados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT).

A nível dos Planos de Investimento Territorial (PDCT, PEDU, PARU e PAMUS) a taxa de execução na região do Norte continua na generalidade bastante aquém do desejado face ao período de vigência do atual Quadro Comunitário (PT 2020). À medida que se aproxima o final do Quadro a pressão sobre os beneficiários é cada vez maior no sentido de aumentar a taxa de execução e evitar a devolução de verbas à União Europeia.

A nível do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) a CIM-TTM regista uma taxa de compromisso superior à média da região Norte, bem como uma taxa de execução igualmente superior à média da região Norte sendo a 4ª mais elevada de entre as entidades intermunicipais.



Handwritten signature and initials in blue ink

O Quadro seguinte mostra o nível de execução das diferentes Prioridades de Investimento (PI) do PDCT, à data de 30 de abril de 2020, sendo de salientar a existência de disponibilidade considerável de verbas na PI 8.3 – Criação de emprego (ex SIZÉ)

NORTE 2020 - Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial *

Data reporte: 30/04/2020

CIM/AMP	PI	Dotação PDCT (1)	Dotação Concurso Inicial	% Dotação Concurso / Dotação PDC	Taxa Compromisso Efetivo	Peso Fundo Solicitado e Aprovado / Dotação PDCT	Taxa Execução (Base Faturação)	Taxa Pagamento
Total PDCT - NORTE 2020		605 227 535	513 587 444	84,9%	61,1%	80,9%	27,6%	27,8%
Terras de Trás-os-Montes	PI 2.3 Aplicações de TIC	3 147 689	3 323 282	105,6%	87,4%	93,0%	41,8%	41,8%
	PI 4.3 Eficiência energética nas infraestruturas públicas	7 672 074	7 672 074	100,0%	74,3%	93,5%	27,9%	27,2%
	PI 8.3 Criação de emprego	9 841 466	5 200 000	52,8%	4,7%	4,7%	0,0%	0,0%
	PI 8.8 Viveiros de empresas	2 675 864	1 550 000	57,9%	115,7%	115,7%	23,1%	32,4%
	PI 9.1 Inclusão ativa	11 695 290	9 719 665	83,1%	80,6%	95,7%	47,4%	50,5%
	PI 9.7 Saúde e infraestruturas sociais	6 676 928	7 011 841	105,0%	37,5%	102,0%	2,0%	2,0%
	PI 10.1 Abandono escolar	5 415 317	5 415 317	100,0%	99,3%	99,3%	0,9%	12,6%
	PI 10.5 Infraestruturas de educação e formação	15 517 500	12 770 000	82,3%	97,9%	98,8%	56,5%	54,4%
	Total Terras de Trás-os-Montes	62 642 128	52 662 179	84,1%	71,1%	83,6%	29,7%	31,0%

* Os montantes registados na coluna "Dotação PDCT" incluem os reforços financeiros resultantes da reprogramação 2018.

Com o objetivo de aumentar a taxa de execução e tendo em conta os constrangimentos causados pela pandemia COVID-19 a União Europeia veio permitir fazer, a título excecional, mudanças de verbas entre PI's e entre tipologia de Fundos tendo as CIM sido convidadas a apresentar uma reprogramação do PDCT contemplando os ajustamentos considerados necessários para facilitar a execução das operações candidatas e/ou a candidatar. Nesta reprogramação deverão as CIM alocar verbas para apoiar a concretização de iniciativas de política pública nacional relacionadas com a eliminação do amianto nas escolas e com a transição digital - aquisição de equipamentos informáticos para a comunidade educativa.

Ainda constituem premissas a observar na reprogramação a diminuição ou eliminação das atividades que consubstanciem aglomerados populacionais pelo que se prevê a não aprovação das candidaturas da "cultura para todos" apresentadas pela CIM e municípios no âmbito da PI 9.1.

Como a exceção da CIM-TTM todas as outras CIM registaram investimentos muito baixos na PI 4.3 – Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas o que levou a Comissão Diretiva do PO Norte a deliberar não aprovar mais candidaturas nesta PI.



Handwritten signature in blue ink, possibly 'F. Costa'.

Embora a reprogramação esteja a ser ultimada há orientações com as quais a CIM-TTM não concorda, tendo disso dado conhecimento à Ministra da Coesão Territorial em reunião realizada no dia 17 de junho de 2020, por entender que a reprogramação do PDCT deve, em primeiro lugar, dar resposta às necessidades do território. A CIM procurará reforçar as verbas das PI's relacionadas com o apoio ao investimento nas micro e pequenas e médias empresas que ajudem à manutenção e criação de postos de trabalho (PI 8.3) e também com os investimentos nos equipamentos sociais (PI 9.7).

No âmbito do PDCT a CIM-TTM viu aprovada, neste período, no âmbito da PI 11.1 – Capacitação Institucional - Formação para a Modernização e Capacitação da Administração Local, a candidatura para formação dos trabalhadores dos municípios das Terras de Trás-os-Montes na área da Modernização administrativa, no montante de 323 164,24 euros, para executar nos anos de 2020/21.

No âmbito da PI 3.2 - Promoção dasTIC, a CIM apresentou a candidatura da “SmartRegion Trás-os-Montes”. Esta operação consiste na implementação de uma estrutura tecnológica e respetiva parte integrante de uma nova série de normas internacionais em desenvolvimento para uma abordagem holística e integrada ao desenvolvimento sustentável e à resiliência, no que concerne a um conjunto de indicadores da Norma NP ISO 37120 (Economia, Educação, Energia, Ambiente, Finanças, Resposta a Incêndios e a Emergências, Governança, Saúde, Recreio, Segurança, Alojamento, Resíduos, Telecomunicações e Inovação, Transportes, Planeamento Urbano, Águas Residuais, Água e Saneamento) que fornece uma abordagem uniforme ao que é medido e à forma como essa medição é realizada. Estes indicadores serão utilizados para acompanhar e monitorizar o progresso do desempenho da comunidade, de modo a obter um desenvolvimento sustentável caracterizado sobre todos os municípios que integram a CIM-TTM.

No âmbito do Eixo Prioritário 6 do PO Norte 2020 – Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores, Aviso do (PEPAL) Programa de Estágios Profissionais para a Administração Local (Aviso n°Norte-18-2019-40) foi aprovada a candidatura da CIM para a admissão de três Estagiários, para o ano de 2020, nas áreas de Eng^a Civil, Design Multimédia e Gestão e Administração Pública, no montante de 29 959,20 euros. Apesar de a seleção ter sido feita a admissão está suspensa devido à COVID-19.

A nível dos outros Planos de Investimento Territorial (PEDU, PARU e PAMUS) a taxa de execução das várias CIM e AMP não são muito diferentes, mas na generalidade são bastante baixas, pelo que, se torna necessário que todas as entidades beneficiárias impulsionem a execução dos compromissos aprovados.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'João' and 'CF'.

São beneficiários do PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) os municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Os restantes municípios, Alfândega da Fé, Miranda do Douro, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais beneficiam do PARU (Plano de Ação para a Regeneração Urbana).

No âmbito da execução de outros projetos de que a CIM-TTM é beneficiária importa realçar as principais atividades realizadas durante o período em referência:

-PROVERE – Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos contempla 5 projetos âncora dos quais 3 são da responsabilidade da CIM, um da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano e outro da Desteque.

Decorrente do reforço da dotação de verbas deste programa ocorrida no final de 2019 (+2 511 565,84 €) os municípios submeteram e estão a ultimar as candidaturas tendo em conta que o Aviso está aberto até fim do mês de setembro de 2020. A CIM deverá submeter a candidatura do projeto âncora E.mob. Este projeto permitirá o aproveitamento turístico das linhas de caminho-de-ferro desativadas na região entre Bragança e Mirandela e tem o potencial de se constituir como um projeto verdadeiramente transversal à organização da oferta turística deste território.

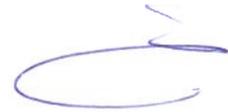
No âmbito do projeto de promoção e marketing da responsabilidade da CIM está a ser preparada, para ter início no mês de julho, uma campanha a nível nacional, de promoção do território com o objetivo de atrair visitantes e animar a economia regional. A promoção assenta nas Terras de Trás-os-Montes como o destino natural.

Pretende-se, desta forma, dar um impulso na aplicação da marca Terras de Trás-os-Montes com a divulgação das normas de adesão à marca junto das empresas produtoras do território.

- Património Natural – A CIM é beneficiária de duas candidaturas: “Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes” e “Trás-os-Montes Natura”.

Com a elaboração da Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes (CIDN) a CIM ficou dotada de um instrumento de ordenamento e planeamento da prática desportiva de desportos de natureza que cada vez têm maior número de adeptos.

Espera-se que a pandemia não seja impeditiva de realizar uma prova desportiva de natureza, de âmbito mundial, prevista para o final do mês de setembro, que permitirá promover as potencialidades da nossa região para a prática de desportos de natureza.



O projeto “Trás-os-Montes Natura” cria uma rede de 9 percursos pedestres localizados em área protegida onde existe uma elevada probabilidade de o visitante observar elementos de grande valor ecológico e ambiental. Cada percurso está associado a uma espécie, habitat ou paisagem singulares, definidoras da área em questão. A caracterização dos percursos foi feita estando em fase final de elaboração os materiais ligados à promoção e divulgação dos percursos prevendo-se a sua conclusão para o fimdo mês de junho de 2020.

No âmbito do Aviso do Património Cultural Imaterial (Aviso N.º Norte-14-2019-16) obteve aprovação condicionada a candidatura apresentada pela CIM designada de “Festival Património Improvável”. O Festival Património Improvável visa a promoção em rede de eventos culturais colaborativos com elevado impacto, relacionados com o património classificado de Trás-os-Montes (de menor popularidade) e tornando-os protagonistas de novas expressões criativas, contribuindo para a projeção da imagem da região e para a geração de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico. A candidatura contempla um investimento de 249 690,00 euros para realizarnos anos de 2020/21.

- No âmbito do programa Interreg V-A a CIM-TTM é beneficiária em dois projetos:

- projeto FRONTUR em parceria com a Diputación de Zamora. Este projeto tem por objetivo a promoção do turismo de fronteira e a valorização dos produtos endógenos de ambos os lados da fronteira. De entre as várias ações já realizadas está em fase final de execução o Inventário e mapa Turístico Zamora /Trás-os-Montes e a gestão e dinamização das redes sociais do projeto. O prazo de execução do projeto termina no final do ano de 2020.

- projeto “Discover Duero Douro” com um investimento total de 1 070 894,75 euros distribuído por oito beneficiários: Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico (chefe de fila), Agrupación Empresarial Innovadora para la Construcción Eficiente, Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero, Dirección General de Patrimonio Cultural- Junta de Castilla y León, Ayuntamiento de Zamora, Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), Comunidade Intermunicipal do Douro e Associação de Municípios do Douro Superior. A CIM-TTM é responsável pela concretização de ações no montante de 70 883,51 euros a realizar em dois anos.

O objetivo principal do projeto é o estabelecimento de condições necessárias para o posicionamento e reconhecimento do espaço transfronteiriço Duero-Douro como destino turístico de excelência, por via da



estruturação de uma oferta baseada em experiências inovadoras e singulares assentes no património natural e cultural como elemento diferenciador e de identidade.

A CIM procedeu à contratação do levantamento do património natural do território abrangido pelo projeto.

No âmbito da preparação do próximo Quadro Comunitário 2021-2027 a CIM-TTM procedeu à contratação dos serviços de uma empresa consultora para efetuar uma “Revisitação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial das Terras de Trás-os-Montes”. A preparação/negociação do QCA 21-27 “perdeu velocidade” devido à pandemia COVID-19, mas será seguramente uma das principais atividades da CIM no próximo ano.

No período em referência o setor dos transportes foi aquele que mereceu maior envolvimento da CIM devido à necessidade de ser assegurado o serviço de transporte público de passageiros na região. A complexidade do serviço requereu da CIM reuniões com a Autoridade para a Mobilidade e Transportes, com os operadores e com os municípios tendo em vista acordar entre todos a realização do serviço de transporte público e a definição dos montantes das compensações a atribuir aos operadores no período que vai decorrer até à contratação do serviço na sequência do Concurso Público Internacional a operacionalizar no máximo até ao dia 3 de dezembro de 2021.

No âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART) o Governo atribuiu para às TTM, para o ano de 2020, uma verba de 228 744€. Tendo em conta a experiência do ano anterior, foi deliberado, pelo Conselho Intermunicipal, atribuir uma redução tarifária de 25%. Constitui esta medida um incentivo à utilização dos transportes públicos.

No dia 17 de fevereiro, na sede da CIM, realizou-se uma reunião com a Deputada na Assembleia da Republica do Bloco de Esquerda, Isabel Pires. A reunião foi solicitada pelo BE e destinou-se a troca de impressões relativamente ao PART (Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos). A CIM esteve representada pelo presidente do Conselho Intermunicipal, Artur Nunes acompanhado dos Secretários Executivos Rui Caseiro e Manuel Miranda e do Técnico de transportes Armando Rodrigues.

O Orçamento de Estado para 2020 veio criar o Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (ProTransP) destinado a apoiar o reforço do transporte público de passageiros

em cada território, mediante a apresentação ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes de um plano com as medidas a implementar. O programa atribui às TTM um montante de 262 496€.....

- No que diz respeito ao setor da Educação realizou-se, no dia 14 de fevereiro, em Macedo de Cavaleiros, uma reunião do Grupo Técnico de Acompanhamento no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE). A sessão versou a oferta formativa profissional. Participou na sessão o Delegado Regional da DGESTE. No âmbito da implementação dos projetos do PIICIE algumas atividades foram fortemente afetadas pelas restrições impostas, ao funcionamento das aulas, pela pandemia. Espera-se que a situação normalize e o próximo ano escolar decorra com normalidade.

No período em análise a CIM-TTM participou nas seguintes reuniões com membros do Governo:

- A pedido das entidades intermunicipais do Norte (CIM's e AMP) realizou-se no dia 15 de janeiro, no Porto, uma reunião com a Ministra da Coesão com o objetivo de debater questões relacionadas com a aplicação dos Fundos Comunitários e com a estratégia do Governo para aumentar a coesão territorial. A senhora Ministra fez-se acompanhar pelo Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional e pela Secretária de Estado da Valorização do Interior. Em representação da CIM-TTM estiveram presentes os membros da Direção e o Primeiro Secretário. A Ministra realçou a baixa taxa de execução do PT 2020.

- Reunião, no dia 20 de janeiro, em Lisboa, com o Ministro do Ambiente e da Ação Climática para discussão do processo de agregação dos sistemas de abastecimento de água e saneamento da baixa e da alta. Além do Ministro esteve presente a Secretária de Estado do Ambiente. Os municípios fizeram-se representar pelos seus presidentes.

- Reunião no dia 22 de janeiro, na sede da CIM-TTM, com a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública para discutir assuntos relacionados com a descentralização de competências. Esteve também presente o Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local.

- No âmbito da iniciativa promovida pelo Governo, designada de Governo + Próximo, que incluiu a realização, em Bragança, no dia 27 de fevereiro, da reunião do Conselho de Ministros, a CIM efetuou a apresentação dos Projetos das TIC incluídos no PDCT, Trás-os-Montes Conectado, Smart region e Balcões Móveis, numa sessão realizada no dia 26 no Azibo. Estiveram presentes os seguintes membros do Governo; a Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, a Ministra da Modernização do Estado e



da Administração Pública, Alexandra Leitão, a Secretária de Estado da Valorização do Interior, Isabel Ferreira e o Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Carlos Miguel.

No dia 27 de fevereiro, no Parque Ibérico Natureza e Aventura de Vimioso, foi feita a apresentação das Estratégias de Eficiência Coletiva dos PROVERE da região do Norte.

Apesar de o Primeiro-ministro não poder estar presente assistiram à sessão a Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, a Secretária de Estado da Valorização do Interior, Isabel Ferreira e o Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Carlos Miguel.

A nível da promoção da região e dos seus produtos de referência a CIM participou:

- Com o stand institucional na XXIV Feira da Caça e do Turismo que se realizou em Macedo de Cavaleiros de 30 de janeiro a 2 de fevereiro.

- No dia 14 de fevereiro, na Feira dos Sabores Mirandeses em Miranda do Douro para a apresentação pública do Livro das raças autóctones de Trás-os-Montes cuja edição é da CIM-TTM em colaboração com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV). Foi também apresentado publicamente o Estudo sobre a Oferta e Procura de carnes de suínos, caprinos e ovinos de Trás-os-Montes, contratado pela CIM-TTM à empresa Nielsen. Participaram nestas iniciativas representantes de todas as Associações do setor da região.

- No âmbito da comemoração do Dia da Unidade – Comando Territorial de Bragança/2020 da GNR realizou-se no dia 18 de fevereiro, em Miranda do Douro, um seminário - "A segurança como promotor do turismo em territórios de fronteira". A CIM foi convidada para apresentar uma comunicação sobre "As potencialidades do Turismo neste território". A intervenção foi assegurada pelo Primeiro Secretário, Rui Caseiro.

- Por deliberação do Conselho Intermunicipal a CIM elaborou, em articulação com os municípios e as Associações de Desenvolvimento Local, a candidatura às 7 Maravilhas da Cultura Popular. Todos os produtos candidatados (19) foram admitidos tendo sido selecionados para a final regional: Feira do Fumeiro de Vinhais, Feira dos Gorazes, Festa do Charolo de Outeiro, Pauliteiros de Miranda do Douro e Gaita de Foles Mirandesa.

Durante este período deparamo-nos com uma realidade nunca antes vivida:

i).....foi reconhecida a nível mundial a COVID-19 como pandemia;



ii)..... *o grau de infeção da população portuguesa pelo novo Coronavírus SARS-Cov-2 (COVID-19) iniciou um período crescente e preocupante;*

iii).... *o Estado Português declarou o Estado de Emergência;*

iv).... *tiveram que ser implementadas um conjunto de medidas e atuações para evitar o contágio do Coronavírus, privilegiando o isolamento social.*

- *Os serviços da CIM encerraram ao público, os trabalhadores entraram em regime de teletrabalho sendo garantida a presença de um trabalhador em período rotativo semanal.*

- *As reuniões presenciais foram substituídas por reuniões por videoconferência.*

- *Com o objetivo de acompanhar e tomar decisões a nível regional e municipal referentes à COVID-19 passaram a ser realizadas com regularidade, às quartas-feiras, reuniões da Comissão Distrital da Proteção Civil de Bragança, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, representante da CIM-TTM. Esta metodologia permitiu a partilha e a tomada de decisões conjuntas consideradas exemplares na região do Norte e que, em muito, contribuíram para a boa resposta dada pela região no combate à pandemia.*

- *Para tomar conhecimento das medidas colocadas em prática pelos municípios do Norte e uniformizar procedimentos iniciaram-se reuniões regulares da Administração Regional de Saúde do Norte com as CIM e AMP.*

- *O Conselho Intermunicipal tem efetuado várias reuniões extraordinárias justificadas pela necessidade de articular a implementação de medidas relacionadas com a pandemia".*

..... Terminada a intervenção do Primeiro Secretário, o Presidente da Mesa abriu o período de pedidos de esclarecimentos.

A Mesa registou a inscrição do Deputados: Jorge Dias, José Madalena, Júlio Carvalho, Manuel Pavão, Isabel Lopes e Carlos Ferreira.

..... **JORGE DIAS** – Iniciou a sua intervenção aludindo à necessidade de elaborar um regulamento interno da Assembleia Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, dizendo que tal permitiria também regular questões como a disponibilização de informação periódica sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal aos Deputados Intermunicipais, questão levantada em várias sessões desta Assembleia e para a qual ainda não foi dada resposta. ...



Referindo-se ao processo do setor das águas e saneamento indagou sobre o processo negocial com as Águas de Portugal e solicitou esclarecimentos sobre a posição da Comunidade Intermunicipal e dos Municípios que integram sobre esta matéria.

..... **JOSÉ MADALENA** – Começou por reforçar a questão anteriormente levantada relativa ao regulamento e à necessidade de disponibilização periódica de informação aos Deputados intermunicipais, referindo já ter levantado essa assunto e sugerido a elaboração de uma Newsletter para esse fim. Quanto à questão das águas reconheceu a sua importância e solicitou também esclarecimentos sobre o ponto de situação deste processo.

Terminou a intervenção referindo que a pandemia da COVID-19 colocou a nu problemas existentes com a cobertura de rede no território, salientando que muitos alunos só tiveram oportunidade de assistir às aulas à distância nas últimas semanas, não só por falta de equipamentos (computadores) mas também devido à falta de internet. Neste sentido, propôs que a Comunidade Intermunicipal olhasse para esta questão como prioritária e atuasse por forma a garantir uma cobertura de rede de banda larga em todo o território.

..... **JÚLIO CARVALHO** – Manifestou a sua preocupação pelo facto de entender que as atividades desenvolvidas pela Comunidade Intermunicipal, nos últimos meses, não refletirem o que está delineado no Plano Estratégico aprovado para o período 2014/2020, dizendo que lhe parece haver um desvio ao que foi estipulado. Deu como exemplo a criação da Agência de Promoção do Território, o Observatório Económico e Social, a valorização dos recursos piscícolas e cinegéticos e a gestão dos regadios. Chamou a atenção para a importância destas áreas e a necessidade concretizar as orientações vertidas no Plano Estratégico e questionou se este documento tem, de facto, servido de base à atividade desenvolvida pela Comunidade Intermunicipal.

..... **JOSÉ PAVÃO** – Referindo-se à iniciativa “Governo Mais Próximo”, que trouxe o Governo à cidade e distrito de Bragança e que para além de inúmeras iniciativas incluiu a realização de um Conselho de Ministros descentralizado dedicado ao tema da valorização do interior, indagou sobre os resultados práticos desta iniciativa para a região, que benefícios trouxe para o território e quais os compromissos que foram assumidos para com a região.

..... **ISABEL LOPES** – Fez uso da palavra para questionar o Presidente do Conselho Intermunicipal sobre os resultados práticos da reunião mantida com a Ministra da Coesão Territorial, referindo-se



concretamente ao plano de remoção de amianto das escolas e ao seu financiamento, perguntando se este seria suportado por verbas do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes ou pelo próprio Governo.

..... **CARLOS FERREIRA** – Começou por referir que a Pandemia da COVID-19 pode trazer algumas oportunidades para o território, nomeadamente no que toca à fixação e atração de pessoas, especialmente jovens, no entanto alertou que para que tal possa ser realidade há uma problemática que é necessário resolver, referia-se à cobertura eficiente de Banda Larga enquanto condição essencial para a fixação de uma fatia da população que depende das novas tecnologias para trabalhar.

Alertou para a necessidade de regular a questão das ligações aéreas que as operadoras de telecomunicações insistem em instalar, falando de poluição visual que tal provoca e dos reflexos negativos para a atratividade turística das localidades.

..... Findas as intervenções o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para prestar os esclarecimentos necessários.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Reconheceu o défice existente no que toca à disponibilização de informação periódica aos membros da Assembleia Intermunicipal, dizendo que, nos últimos tempos as atenções estiveram mais centradas na crise pandémica, tendo sido disponibilizada informação sobre as principais medidas tomadas pela Comunidade Intermunicipal no combate mitigação e defesa dos interesses do território. Por outro lado, aludindo à questão da informação relativa às reuniões do Conselho Intermunicipal esclareceu que as atas são públicas e estão disponíveis para consulta, nomeadamente no Sítio da Internet da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.

Fez referência à sensibilidade de que se reveste a questão da Gestão Agregada dos Sistemas de Abastecimento de Água em Alta e Baixa e do Saneamento. Disse que está em fase de conclusão um estudo sobre a agregação deste sistema no território. Afirmou que este documento é resultante da atividade de um grupo de trabalho constituído na sequência de uma reunião mantida com o Ministério do Ambiente onde foi expressa a vontade dos municípios de avançarem com todo o processo. Referiu ter a indicação de que o estudo será apresentado a trinta e um de julho e a intenção será a de avançar com a gestão integrada das águas no âmbito da Resíduos do Nordeste, EM.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'D. Mendes' above a large '4'.

No que concerne à questão levantada sobre a iniciativa Governo + Próximo transmitiu que neste âmbito teve lugar para além do Conselho de Ministros descentralizado onde foram aprovadas algumas medidas de apoio aos territórios de baixa densidade, um almoço de trabalho, em Vila Flor, com a presença dos Presidentes de Câmara e o Primeiro-ministro onde foram apresentadas, por cada um dos municípios e também pela Comunidade Intermunicipal, as suas necessidades. Teve também lugar um jantar com as forças vivas do Distrito onde houve oportunidade de debater questões importantes para o desenvolvimento territorial. Referiu ainda que decorreu no Ecopark Azibo, em Macedo de Cavaleiros, uma sessão que contou com a presença da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e da Ministra da Coesão Territorial para apresentação de dois projetos da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes assentes na descentralização de serviços públicos e desenvolvidos no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento Territorial das Terras de Trás-os-Montes. Disse estar a referir-se ao projeto “Balcões Móveis” e ao projeto “Trás-os-Montes Conectada”.

No que concerne à pergunta colocada sobre o financiamento do programa de remoção de amianto nas escolas disse que, da reunião mantida com a Ministra da Coesão Territorial, ficou claro que este programa bem como a nova prioridade de investimento “transição digital” seriam financiado através dos Pactos, através de uma revisão que incidirá sobre a reafecção de verbas previstas para medidas como a “Cultura para Todos” e “Eficiência Energética”.

Deu também conta da reivindicação efetuada, durante a reunião com a Ministra, relativa à cobertura da rede 5G no território, dizendo que a Comunidade Intermunicipal pretende que esta rede abranja todo o território e não só as sedes de freguesia como está previsto. Informou também que essa posição já tinha sido Transmitida ao Presidente da ANACOM no decorrer de uma reunião onde estiveram em análise também a questão dos CTT e das ligações aéreas relativas à fibra. Neste campo referiu que a proliferação da instalação a descoberto de cabos é uma preocupação partilhada pela Comunidade Intermunicipal.

No que concerne ao Plano Estratégico referiu que estará em vigor até dois mil e vinte e três e que está a ser executado aquilo que é possível executar em termos de financiamento. Pois, tal como explicou, muitas das vezes deparam-se com o problema de não existir financiamento para aquilo que são as reais necessidades do território. Neste campo deu como exemplo o Plano Estratégico para o Regadio.

Quanto ao Observatório Económico Social lembrou que foi efetuada uma candidatura e que tinha como principal parceiro o Instituto Politécnico de Bragança.



Handwritten signature and initials in blue ink.

..... Terminada a intervenção o Presidente da Mesa abriu novamente o período de discussão, tendo a mesa registado a inscrição de José Branco

..... **JOSÉ BRANCO** – Usou da palavra para questionar se antes da elaboração do estudo sobre a Gestão Agregada do Sistema de Águas em Alta e em Baixa e Saneamento não deveria ter sido remetido às Assembleias Municipais a adesão a este sistema através da Resíduos do Nordeste, EM. Perguntado também se o processo poderá avançar caso algum município manifeste intenção de não adesão.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** - Em resposta às questões levantadas referiu que, em todo este processo, é importante que exista um consenso e vontade de todos os municípios em integrar este sistema. Reconheceu a importância do estudo para a tomada de uma decisão fundamentada e que permita assegurar a sustentabilidade do sistema. Referiu ainda que todas as variáveis e hipóteses devem estar vertidas neste estudo, nomeadamente a probabilidade de não adesão dos municípios. Só assim, referiu, será possível a tomada de decisão.

..... **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA (JÚLIA RODRIGUES)** – Solicitou o uso da palavra o qual lhe foi concedido. Iniciou a intervenção salientando que a Gestão Agregada dos Sistemas de Abastecimento de Água em Alta e Baixa e do Saneamento é um tema que se reveste de extrema sensibilidade, por isso o seu Município dedicou uma Assembleia Municipal a este assunto. Continuou dizendo que a água é um bem essencial e todas as decisões a tomar relativamente a esta matéria devem estar fundamentadas em estudos e pareceres técnicos. Aproveitou a ocasião para transmitir que é a representante dos municípios nas Águas do Norte e que este assunto tem sido amplamente debatido, uma vez que os municípios na sua globalidade têm dívidas para com as Águas do Norte, dizendo que o mais endividado é o Município de Bragança. Referiu que as tarifas que os municípios pagam às Águas do Norte e que muitas das vezes deixam acumular, dizendo que o município que gere não é exceção, têm uma relação direta com o endividamento municipal e prosseguiu dizendo que há que encontrar soluções para a sustentabilidade do sistema. Pois, os custos de abastecimento e tratamento são mais elevados no território do que noutros pontos do país. Facto que disse estar relacionado com a existência de mais condutas, menos população e uma rede a necessitar de intervenções profundas. O controlo da tarifa e assegurar o fornecimento de um bem público que é a água é uma questão que deve preocupar todos, referiu. Terminou salientando a importância do estudo que será



apresentado para apontar soluções e apoiar a tomada de decisões numa questão tão delicada como é a gestão da água.

..... **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA (HERNÂNI DIAS)** - Solicitou o uso da palavra o qual lhe foi concedido. Começou por referir que a questão da água é um tema sensível e destacou o trabalho notável que a Resíduos do Nordeste tem vindo a fazer no tratamento e recolha de resíduos, quer ao nível do serviço prestado, quer a nível da execução financeira, refletindo-se tal na tarifa que está a ser aplicada que é mais baixa do que noutros sistemas a nível nacional. Por isso disse que a capacidade demonstrada na gestão dos resíduos, é um fator acrescido para o envolvimento da Resíduos do Nordeste no processo de gestão da água. Relembrou que as diferentes Assembleia Municipais aprovaram a alteração do objeto da Resíduos do Nordeste e neste sentido está legitimada para tratar do processo. Referiu que o que está em jogo é uma gestão o mais eficaz possível do sistema, permitindo ganhos e beneficiando as populações, por isso defendeu a verticalização, dizendo só fazer sentido assumir a gestão da água em alta e em baixa, sem interferência de terceiros como é o caso das Águas do Norte.
Conclui esclarecendo que o Município não reconhece a existência de qualquer dívida para com as Águas do Norte, tem processos litigiosos com às águas do Norte que se prendem com o incumprimento do estipulado no acordo de parceria celebrado aquando da constituição das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

..... **PAULO PINTO** – Solicitou o uso da palavra, o qual lhe foi concedido, para manifestar a sua apreensão relativamente ao processo dizendo que nos termos em que a questão foi colocada na Assembleia Municipal de Mirandela ficou implícito que só a intermunicipalização traria vantagens competitivas aos municípios, nomeadamente no que concerne a acesso a financiamento para execução de obras necessários, uma vez que um município isolado não teria capacidade, ou seja, escala para se candidatar a fundos.

..... **JORGE DIAS** - Solicitou o uso da palavra, o qual lhe foi concedido, para dizer que enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Mogadouro não poderá aceitar qualquer sistema que implique uma subida do preço da água, uma vez que as infraestruturas e as intervenções até agora efetuadas foram assumidas pelo município de Mogadouro.

..... **ANTÓNIO CARÇÃO** – Solicitou o uso da palavra, o qual lhe foi concedido, para defender que o preço da tarifa da água deve ter em conta o rendimento *per capita* no território, sendo que o valor a



aplicar na região deve ser diferente do de outras regiões do país, dizendo que tal já acontece no município de Miranda do Douro onde este valor é dos mais baixos do país, uma vez que este município não aderiu às Águas de Portugal.

..... **JÚLIO CARVALHO** – Solicitou o uso da palavra, o qual lhe foi concedido, para dizer que o tema da água parece ter a anuência de todos os presidentes, refletindo-se tal no memorando sobre a Gestão Agregada dos Sistemas de Abastecimento de Água em Alta e Baixa e do Saneamento. No que concerne ao ponto em análise “ Informação sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes”, frisou, novamente, o se ponto de vista dizendo que não vem refletidas nessa atividades a execução do Plano Estratégico definido, afirmando que ou este terá que ser revisto ou prorrogado tendo em conta a informação anteriormente transmitida pelo Presidente do Conselho Intermunicipal. Mas a proposta de prorrogação ou alteração deverá ser trazida à Assembleia Intermunicipal.

..... **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO (JORGE FIDALGO)** - Solicitou o uso da palavra o qual lhe foi concedido. Começou por referir que o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira relativo ao processo de agregação das Águas aponta para uma conclusão preocupante, ou seja, nenhum dos atuais sistemas é sustentável, sendo que o que se aproxima mais da sustentabilidade é o de Bragança. Ora, disse, a sustentabilidade pode ser alcançada caso estejam todos os municípios agregados indo ao encontro de outro grande objetivo a uniformização de tarifas. Por outro lado, afirmou que de acordo com as regras que estão definidas enquanto não se materializar a agregação o acesso ao financiamento não é possível, pelo que os investimentos necessários não poderão ser efetuados.
Relativamente à execução do Plano Estratégico salientou que apesar do planeamento e da estratégia estar definida e bem definida, por vezes falta o essencial o dinheiro/financiamento para a concretizar.

..... **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA (JÚLIA RODRIGUES)** - Solicitou o uso da palavra, o qual lhe foi concedido, no sentido de esclarecer que todos os investimentos efetuados e os que será necessário efetuar nas águas e saneamento são municipais e sendo assim a solução de agregação do sistema em baixo seria a que serviria melhor os interesses dos municípios, uma vez que enquanto se mantiver a posição da verticalização está-se a perder oportunidades de financiamento e os problemas existentes a agravarem-se. Voltou a defender a necessidade de um amplo debate e consenso



Handwritten initials 'CF' in blue ink.

relativamente a este assunto, dizendo que tal tem que ser sustentado numa posição informada e consensual do órgão deliberativo de cada Município.

..... **CARLOS FERREIRA** - Solicitou o uso da palavra, o qual lhe foi concedido, para dizer que existem dois aspetos fundamentais a ter em conta a sustentabilidade do sistema e o seu financiamento e que, pelo exposto, se conclui que o processo de Gestão Intermunicipal do setor das águas deve integrar todos os municípios, pois, tal como afirmou: “Orgulhosamente sós, não é solução”.

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** - Solicitou o uso da palavra, o qual lhe foi concedido, para referir que o trabalho a fazer tem que se pautar pelo rigor e esclarecimentos necessários de modo a que as pessoas percebam o que está em causa e prossegui dizendo que a ERSAR prepara-se para implementar a obrigatoriedade de uma tarifa única. Disse que esta é uma medida que não colhe recetividade e que o trabalho que está a ser feito pela Comunidade Intermunicipal vai no sentido de criar as condições para a sustentabilidade do setor, implementando uma tarifa única no território. Medidas que se pretende sejam apoiadas por todos os municípios.

O Presidente da Mesa informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste ponto. Não se tendo verificado qualquer inscrição passou-se à discussão do Ponto seguinte.

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS - ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E DEZANOVE E APLICAÇÃO DE RESULTADOS;**

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** - Concedeu a palavra ao Primeiro Secretário para apresentação deste ponto.

..... **PRIMEIRO SECRETÁRIO (RUI CASEIRO)** - Fez a apresentação das linhas gerais do Relatório de Gestão e Contas de dois mil e dezanove e aplicação de resultados, salientando que a execução orçamental a nível da receita é de 49,2% e da despesa é de 50%, superior em 10% em relação ao ano anterior.

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E DEZANOVE E APLICAÇÃO DE RESULTADOS, ESTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES.**



O Presidente da Mesa informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste ponto. Não se tendo verificado qualquer inscrição passou-se à discussão do Ponto seguinte.....

PONTO DOIS PONTO TRÊS- ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DE DOIS MIL E VINTE.....

..... Foi presente para aprovação proposta do Conselho Intermunicipal relativa ao assunto suprarreferido.

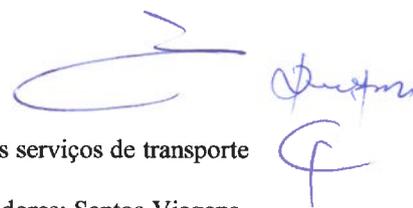
..... COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL – PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DE DOIS MIL E VINTE , ESTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES.

O Presidente da Mesa informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste ponto. Não se tendo verificado qualquer inscrição passou-se à discussão do Ponto seguinte.....

..... PONTO DOIS PONTO QUATRO- PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO E DA AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO INERENTE AOS “ACORDOS DE REGULAÇÃO DOS TERMOS E CONDIÇÕES RELATIVOS À EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS E DE ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO AO OPERADORTOMADAS PELO CONSELHO INTERMUNICIPAL.

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** – Passou a palavra ao Primeiro Secretário para apresentação da do ponto suprarreferido.

..... **PRIMEIRO SECRETÁRIO (RUI CASEIRO)**- Iniciou a intervenção abordando a complexidade da operacionalidade do serviço rodoviário de transporte público de passageiros no território, dizendo que devido à necessidade de encontrar uma solução que dê resposta às necessidades da população enquanto não é concluído o processo do concurso público internacional, cujo prazo foi alargado para trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, afirmou, que após a deliberação de dezassete de abril de dois mil e vinte do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes foram



celebrados acordos de regulação dos termos e condições relativos à exploração dos serviços de transporte público de passageiros e de atribuição de obrigações de serviço público aos operadores: Santos Viagens- viagens e Turismo, Lda.; Sociedade de transporte Carrazeda Vila Flor; Lda.; Rodonorte-Transporte Portugueses Lda.; Empresa alfandeguense, Lda.; Auto Viação do Tâmega, Lda.; António Augusto Santos, Lda.. Empresas que, tal como referiu, é do conhecimento de todos serem titulares de autorização emitidas e prorrogadas pela Comunidade intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes nos termos do artigo 10º da Lei n.º 52 /2015 de 9 de junho.....

Disse que tal o resultou da necessidade de assegurar a obrigação de serviço público inerente ao Transporte Público de Passageiros no território e prosseguiu enunciando os pressupostos em que assenta a proposta de ratificação presente. Sendo assim, disse que:

..... A celebração desses contratos, designados “Acordos de Regulação dos Termos e Condições Relativos à Exploração dos Serviços de Transporte Público de Passageiros e de Atribuição de Compensação por Obrigações de Serviço Público ao Operador”, encontra a sua fundamentação jurídica no artigo 201.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 1 do artigo 5.º do Código dos Contratos Públicos, e no artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, com a consideração devida das determinações do Tribunal de Contas plasmadas no Acórdão n.º 19/2019, de 25 de junho;

..... De acordo com o disposto no n.º 2 da Cláusula 2.ª dos Acordos, “o presente Acordo tem como termo resolutivo a extinção, por qualquer causa, da Autorização Provisória ou o início de operação efetiva da operação objeto do contrato de serviço público (doravante, “Contrato de Serviço Público”) a adjudicar pelo Contraente Público, nos termos e para os efeitos do disposto no RJSPTP e no Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, consoante o que ocorra em primeiro lugar”;

..... Uma vez que, segundo o disposto no Decreto Lei 169-A/2019 de 29 de novembro, as autorizações provisórias podem vigorar até ao dia 3 de dezembro de 2021, a celebração dos Acordos implica assim a realização de despesas plurianuais (referentes aos anos 2020 e 2021) pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;

..... O n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, determina que a autorização da abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano



económico cabe à Assembleia Intermunicipal – o que é necessário para a cabimentação das dotações orçamentais para o efeito;

Por seu turno, à luz do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, tem sido entendido que a autorização da assunção de compromissos plurianuais também cabe à Assembleia Intermunicipal;

..... Para assegurar o Serviço de transporte público de passageiros no território foi dado conhecimento, na última reunião da Assembleia Intermunicipal, da necessidade de estabelecer acordos com os operadores de transporte público de passageiros;

..... Entretanto, devido à declaração do Estado de Emergência por motivos da pandemia da COVID-19 foi decretado pelo Governo de que "as reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais previstas para os meses de abril e maio podem realizar-se até 30 de junho de 2020" (artº 3º nº1 da Lei nº 1-A/2020 de 19 de março) pelo não estão reunidas as condições para que a reunião da Assembleia Intermunicipal decorra até ao fim do mês de abril;

..... Como a pretensão do Conselho Intermunicipal era a celebração dos Acordos no mês de abril, o adiamento da reunião da Assembleia Intermunicipal impossibilitou a emissão atempada da autorização necessária, quer para a cabimentação das dotações orçamentais necessárias para a satisfação da despesa plurianual inerentes aos Acordos, quer para a assunção desse compromisso plurianual pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;

..... Uma vez que a prossecução do interesse público pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes não pode ser suspensa nem interrompida em virtude do impedimento causado pela pandemia COVID-19 ao normal funcionamento da Assembleia Intermunicipal, reconheceu-se que está em causa uma situação de estado de necessidade que justifica a emissão das tais autorizações pelo Conselho Intermunicipal.

Nestes termos e de acordo com o estabelecido no artigo 164 do Código do Procedimento Administrativo foi proposto para ratificação a autorização da abertura do procedimento e da autorização da assunção do compromisso inerente aos “acordos de regulação dos termos e condições relativos à exploração dos serviços de transporte público de passageiros e de atribuição de compensação por obrigações de serviço público ao operador, tomadas pelo Conselho Intermunicipal.



PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO) – Abriu as inscrições para o período de esclarecimentos, não se tendo verificado qualquer inscrição para esclarecimentos ou intervenções relativas a este ponto.

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A AUTORIZAÇÃO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO E DA AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO INERENTE AOS “ACORDOS DE REGULAÇÃO DOS TERMOS E CONDIÇÕES RELATIVOS À EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS E DE ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO AO OPERADOR TOMADAS PELO CONSELHO INTERMUNICIPAL FOI DELIBERADO, POR UNANIMIDADE DOS MEBROS PRESENTES:**

..... **RATIFICAR, NOS TERMOS E PARA O EFEITO DO N.º 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO- LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DO ARTIGO 164.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, A AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO TENDENTE À CELEBRAÇÃO DOS “ACORDOS DE REGULAÇÃO DOS TERMOS E CONDIÇÕES RELATIVOS À EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS E DE ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO AO OPERADOR”, TOMADA PELO CONSELHO INTERMUNICIPAL NO DIA DEZASSETTE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE;** ;

..... **RATIFICAR, NOS TERMOS E PARA O EFEITO DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 164.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, A AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL INERENTE AOS “ACORDOS DE REGULAÇÃO DOS TERMOS E CONDIÇÕES RELATIVOS À EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS E DE ATRIBUIÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO AO OPERADOR”, TOMADA PELO CONSELHO INTERMUNICIPAL, RESPETIVAMENTE, NO DIA DEZASSETTE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE.** “.....

..... **PONTO TRÊS - OUTROS ASSUNTOS.**

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** – Abriu as inscrições para este ponto, tendo-se registado a Inscrição do Presidente do Conselho Intermunicipal e do Deputado Jorge Dias.

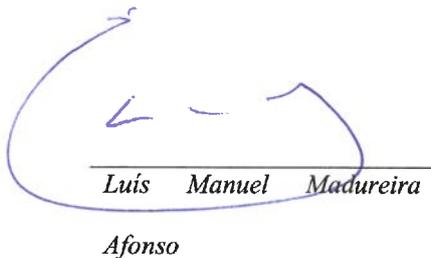
..... **PRESIDENTE Do CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Fez uso da palavra para parabenizar a Deputada Intermunicipal Isabel Lopes e também Deputada da Assembleia da República por ter levado à discussão, neste último órgão, o tema da venda da concessão das exploração da EDP a um Consórcio Internacional das Barragens da Bacia do Douro Internacional e Foz do Sabor. Dizendo que da resolução aí aprovada muito beneficiará o território e a capacidade negocial dos municípios, reforçando a posição da Comunidade Intermunicipal já transmitida na anterior Assembleia Intermunicipal.

..... **JORGE DIAS** - Interveio para propor a elaboração de um Regimento da Assembleia Intermunicipal para análise e aprovação na próxima reunião.

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES**.....

..... E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas dezassete horas e quarenta minutos, lavrando-se a presente ata para constar.

A Mesa da Assembleia Intermunicipal



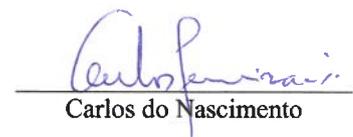
Luís Manuel Madureira
Afonso

Presidente



Paulo Manuel Pereira Rodrigues
Pinto

Vice-presidente



Carlos do Nascimento
Ferreira

Secretário